



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 026/027

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 026**22ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Ofícios.....	03
Indicação	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	08
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	09
Liderança do PFL	
Dep. Plauto Miró Guimarães	11
Liderança do PDT	
Dep. Luiz Carlos Martins	12
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	14
Discussão / Votação:	
Redação Final	14
2ª Discussão	15
1ª Discussão	15
Requerimentos	19
Encerramento da Sessão	20

DIÁRIO Nº 027**23ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	21
Presenças	21
Abertura da Sessão	21
Expediente:	
Requerimentos	21
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	22
1ª Discussão	24
Requerimentos	26
Encerramento da Sessão	26

DIÁRIO Nº 026**22ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE ABRIL DE 2006**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados José Domingos Scarpellini e Plauto Miró Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, André Vargas, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Dúflio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (33). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Rafael Greca e Valdir Rossoni (20); e em licença médica a Sra. Deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

Venho, por intermédio do presente, solicitar de V. Exa. a disposição funcional para a Comissão de Fiscalização desta Casa de Leis, do jornalista Sr. Luiz Fábio Campana, funcionário deste Poder Legislativo.

Sem mais para o momento, agradeço a sua atenção.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) NEIVO BERALDIN

Presidente da Comissão de Fiscalização

Indicação

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER a indicação do Deputado da Bancada do PMDB, Edson Strapasson, com assento nesta Casa, para assumir a Presidência da Comissão de Orçamento, em substituição ao Deputado Ademir Bier.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Líder da Bancada do PMDB

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 719

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 025/06, Projeto de Lei nº 164/06, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre um ajuste e uma conversão de fontes de recursos no valor de R\$ 2.628.556,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais), ao orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 720

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 024/06, Projeto de Lei nº 163/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alte-

rar dispositivos da Lei nº 14.773, de 05 de julho de 2005, através da qual foi determinada a isenção do ICMS, nas contratações de demanda de potência de energia.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 721

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 023/06, Projeto de Lei nº 162/06, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o ajuste orçamentário no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), no orçamento da SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 722

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 026/06, Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo, que solicita autorização para utilização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e abertura de um crédito adicional no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 723

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 027/06, Projeto de Lei nº 166/06, de autoria do Poder Executivo, que solicita autorização para abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) aos orçamentos das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, da Justiça e da Cidadania e do Desenvolvimento Urbano.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 709

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os Projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 724

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 439/05, item 07 por 02 sessões.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 708

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 06 de abril (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme Jerônimo Fagundes, ocorrido no último dia 02 de abril de 2006.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 02 último faleceu, ao 73 anos de idade, o Sr. Guilherme Jerônimo Fagundes.

Guilherme Jerônimo Fagundes, nasceu na localidade de Major Jorcino; próximo a Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, a 28 de julho de 1932. Era o sexto filho numa família de oito irmãos; filho de Francisco e Dolores Custódio Fagundes.

Teve uma infância muito difícil e sua adolescência foi marcada também por muitas dificuldades, motivo pelo qual saiu de casa aos quatorze anos, indo trabalhar na Colônia Angelina, onde trabalhou arduamente na roça para poder manter-se.

Aos 22 anos casou-se com Donzilha Ortis na localidade de Serro Verde. Dessa união tiveram doze filhos dos quais cinco estão vivos e os demais faleceram. Arizonte, Salete, Noeli, Sirlei e Marli; suas filhas do primeiro matrimônio. Sua primeira esposa faleceu em 1969; deixando-o viúvo com duas filhas adolescentes e outras ainda crianças. Aos 38 anos casou-se com Cecília Gaiovicz. Desta união nasceram dois filhos: Edson e Luciane. Era avô de 25 netos e onze bisnetos.

Devido ao seu trabalho árduo, tornou-se proprietário de vários caminhões, dedicando-se a empreitadas em serrarias.

Como político, foi Vereador da Câmara Municipal General Carneiro da gestão de 1970 a 1973.

O Sr. Guilherme até hoje, continuava contribuindo com a comunidade, foi um dos maiores colaboradores na

construção de uma Igreja, dedicando seu tempo a esta comunidade. Uma das suas características mais marcantes, era a maneira de como cativar as crianças.

Posteriormente, passou a dedicar-se à agricultura e à pecuária, assim, aumentando seu círculo de amizades, mostrando-se sempre uma pessoa honesta, decidida, batalhadora e positiva ao se expressar, dizendo com muita sinceridade o que pensava.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador.

Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória e os seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Rogamos ao Pai Celeste, que nossos amigos e familiares de Guilherme Jerônimo Fagundes, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Fagundes, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da funcionária aposentada deste Poder, Maria de Lurdes Maltauro, ocorrido dia 01/04/06.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 62 anos de idade, faleceu no dia 01 de abril/06, nesta Capital, a funcionária aposentada do Poder Legislativo, Maria de Lurdes Maltauro.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e colegas de trabalho, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares da Maria de Lurdes Maltauro, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que

abalou a família Maltauro, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 706

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Procurador Ruy Kuenzer, ocorrido dia 23 de março/06, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 78 anos de idade, faleceu no último dia 23 de março, o Procurador aposentado, Sr. Ruy Kuenzer.

Deixou três filhas: Maria Cecy Caron, Maria Luci Caetano da Silva e Rosângela Kuenzer e oito netos.

Tombou mais um lutador. A morte no seu perambular incessante não respeita nem fortes nem fracos. Por isso caiu o prezado e fiel amigo Ruy Kuenzer. Leva consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da Justiça. Quando ainda ano trabalho foi chefe magnânimo e compreensivo. Exigia mais de si do que dos outros.

Eis porque o seguimos, eis porque acatávamos o seu conselho. Grande para nós foi sua perda. O amigo seguro e impertérito que era desaparece. Quem, com suas qualidades para substituí-lo? Quem, com sua experiência para nos guiar?

Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória e seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente. Lá, onde está, pode ter a certeza de que saberemos ser os continuadores na luta pelo ideal. Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos. Repousa, pois, valente lutador.

Aceite, pois, a saudade dos seus entes queridos e dos amigos que com lágrimas nos olhos afirmam que pode repousar tranquilo, pois, que tudo farão para que sua obra na Justiça e na sociedade permaneçam para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de homem de ação e de coração.

Um vácuo imenso invade a alma, e a nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana: Viver, lutar e morrer.

Fique certo, estimado amigo Ruy Kuenzer, que as preces que dirigimos ao Todo-Poderoso serão pelo seu merecido repouso. Descanse em paz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-

se à dor que abalou a família Kuenzer, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 707

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para posterioridade, voto de profunda saudade pela passagem, no dia de ontem, do primeiro ano de falecimento do nosso querido, saudoso e inesquecível Santo Padre João Paulo II.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência, a S. Exa. Revma. Dom Moacyr José Vitti, Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Curitiba, bem como ao Santo Padre Bento XVI, no Vaticano, para que receba e transmita esta mensagem a toda a Igreja, inclusive para a família Karol Wojtila na Polônia.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Eis-nos aqui, venerável Santo Padre João Paulo II, para rendermos, mais uma vez, a homenagem de nosso respeito e de amor filial.

O tempo, que tudo embota, não conseguiu, todavia, apagar a saudade que habita em nossos corações, depois que nos deixou, para uma vida melhor.

É que sua vida exemplar deixou, em nossos espíritos uma lembrança imorredoura. Passou, como o Divino Mestre, sobre a terra fazendo somente o bem. O amor que dedicou ao seu sagrado ministério criou em torno de sua fronte austera uma aura de prestígio que o tempo não apagará.

Foi o Santo Padre dedicado e amoroso que não conheceu descanso nem repouso, enquanto soube que ali havia uma ovelha necessitando de seu amparo, quer espiritual ou material. Nada o detinha no cumprimento do dever. Sacrifica o seu bem-estar, pelo bem-estar dos outros, e isso com um desinteresse apostólico, elevado ao nível do sacrifício.

Sua missão, inspirada nas lições do Evangelho, produziu frutos imarcescíveis, e eis porque, aqui nos achamos, neste momento redigindo este requerimento, para lhe render mais uma vez nosso preito de gratidão e saudade.

Ainda continuam vivas nas memórias as imagens de suas últimas aparições na janela dos aposentos pontifícios, tentando comunicar-se com a multidão na Praça de São Pedro. Não menos vivas continuam as cenas das multidões de jovens, adultos, crianças, que queriam despedir-se do Santo Padre o Papa João Paulo II. Seu pontificado, com mais de 26 anos, longo como poucos na história. O futuro ainda dirá muito sobre o papel de João Paulo II para este momento da história da humanidade.

Imenso é o legado de João Paulo II para vida da Igreja. Nenhum Papa deixou tantos escritos como ele;

ficarão como referência teológica e magisterial de inegável valor para as futuras gerações da Igreja.

Sempre na linha das grandes instituições do concílio, estimulou a Igreja a ser missionária de maneiras novas; reafirmou o patrimônio da doutrina Cristã através do catecismo e fez adequação da disciplina da Igreja através do novo código de Direito Canônico.

Por proposição deste Parlamento, aprovado por unanimidade pelo Plenário, Sua Santidade, o saudoso e inesquecível Santo Padre João Paulo II é Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, cujo título foi entregue pessoalmente por nós, ao Santo Padre, no Vaticano.

Bendita, pois, sua memória, e ao rememorá-la teremos sempre sua figura de apóstolo, suas lições e seus exemplos que tão fundo calaram em nossas almas.

Prometemos que nunca haveremos de esquecê-lo e que será sempre o conselheiro seguro nas nossas aflições e nas nossas dúvidas.

Lá junto de Deus, onde está, esperamos seja nosso intercessor para que sua proteção vele sempre sobre nós.

REQUERIMENTO Nº 701

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações à Associação Ruth Schrank - Escola de Educação Especial 29 de Março, pela passagem de seu 15º aniversário na data de hoje. Extensivo à Presidência, Diretoria, Professores, Funcionários e Voluntários.

Pede ainda, que através deste elogio sejam também parabenizados seu Corpo Discente e o Arcebispo de Curitiba, S. Exa. Revma. Dom Moacyr José Vitti, em razão da Campanha da Fraternidade do ano 2006, celebrando diferenças.

Os primeiros, por terem sido escolhidos como objeto da Campanha e S. Exa. Revma. Dom Moacyr José Vitti, por constituir a representação máxima da Igreja Católica de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

No decorrer da história da humanidade, as pessoas com deficiência foram alvo de comportamentos e lutas distintas e contraditórias de exclusão e integração conforme os diferentes contextos da sociedade. Essas atitudes foram mudando de acordo com as transformações sociais, as descobertas científicas, as mudanças culturais, econômicas e os valores religiosos. Sendo que a Igreja teve relevante papel nessa história e neste ano de 2006 escolheu como tema da Campanha da Fraternidade: "Fraternidade e Pessoas com Deficiência", cujo lema é tomado da passagem do evangelho de São Marcos, onde Jesus cura um homem de mão atrofiada que estava na Sinagoga, aparentemente desprezado e deixado num canto por causa de sua condição.

Então, Jesus chamou o homem: "Levanta-te, vem para o meio!" E o curou na frente de todos.

Atualmente existem no mundo mais de quinhentos milhões de pessoas com deficiências mentais, físicas ou sensoriais. Em Curitiba, entre tantas Instituições em prol de pessoas com deficiência encontramos a Escola de Educação Especial 29 de Março, a qual iniciou seus trabalhos em 1948. É de caráter particular sem fins lucrativos. Após um incêndio parcial ocorrido em 1979, a Escola recebeu doações dentre as quais o terreno no conjunto Colina Verde doado pela Prefeitura de Curitiba para construção de nova Escola concluída em 1989, tendo como uma das fundadoras a Sra. Ruth Schrank. E em 1991 criou-se a Associação Mantenedora com o nome de Associação Ruth Schrank de Assistência a Portadores de Múltipla Deficiência, hoje Escola de Educação Especial 29 de Março. A Escola atende atualmente 105 (cento e cinco) alunos de zero a cinquenta anos e está devidamente registrada nos órgãos municipais, estaduais, federais afins, sendo portadora de Lei de Utilidade Pública Federal, alvarás e licença sanitária, registro do Contiba e no Conselho Nacional de Assistência Social.

REQUERIMENTO Nº 702

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Emerson José Nerone, Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, enviando-lhe voto de congratulações, em razão da posse no referido cargo.

Emerson Nerone foi Vereador na cidade de Maringá e Deputado Estadual, eleito por Maringá.

É o desejo do povo maringaense que esse Secretário tenha mandato profícuo, em favor da comunidade.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 703

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Palmas, pela passagem de seus 127 anos de emancipação política, dia 14 de abril.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, João de Oliveira, ao Vice-Prefeito, Sr. Francisco Acioli Ribas, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Palmas.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A passagem dos 127 anos da emancipação política de Palmas representa muito mais que uma comemoração.

É um evento que marca além do seu registro histórico, uma Palmas renovada pela fibra de seu povo honesto e trabalhador, que continua ao longo desses anos prestando sua eficiente colaboração para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

Palmas continua em franco progresso sob a segura administração do Prefeito João de Oliveira, do Vice-Prefeito Francisco Acioli Ribas e toda a equipe de trabalho que diuturnamente desempenha suas funções com dedicação, espírito de luta e responsabilidade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar orgulha-se em cumprimentar toda a população palmense na significativa data da comemoração dos 127 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 711

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo Sr. Rubens Ghilardi, MD. Presidente da Copel, solicitando a dilação do pagamento das faturas de energia elétrica por seis meses para os avicultores e indústrias avícolas do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A grave crise que afeta a indústria avícola brasileira por conta de surtos de Influenza Aviária em diversos países da Ásia e União Européia e da saturação de carne de frango no mercado interno (devido ao cancelamento de importações naqueles países), torna-se necessária a criação de instrumentos capazes de garantir os atuais níveis de empregabilidade e de reestruturação do parque industrial deste setor no Paraná. A indústria avícola paranaense tem um lugar de destaque na economia do país.

Vale dizer que hoje o setor emprega de forma direta cerca de cinquenta mil trabalhadores e outros quinhentos mil indiretamente. O Estado ocupa atualmente a primeira posição no ranking de produção de aves de corte e a segunda colocação nacional na exportação de carnes de aves, correspondendo a 27,63% do total de carne de frango brasileira destinada ao mercado externo. Da produção paranaense de aves de corte, 41,06% são destinados para exportação.

O setor avícola paranaense, formado por mais de trinta indústrias e inúmeros criadores, tem como custo mais relevante na produção e no abate de aves, a energia elétrica, que corresponde a 5% sobre o custo final do frango produzido.

A atividade familiar é a que representa a maior parte dos criadores, e em muitos casos é a única fonte de renda da família. Essas famílias estão sofrendo todos os reflexos da crise, uma vez que a drástica redução na produção de frangos, comprometeu seriamente o desenvolvimento da atividade.

REQUERIMENTO Nº 712

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Heron Arzua, DD. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a isenção, por um prazo de nove meses, da cobrança de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada nas atividades avícolas do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A grave crise que afeta a indústria avícola brasileira por conta de surtos de Influenza Aviária em diversos países da Ásia e União Européia e da saturação de carne de frango no mercado interno (devido ao cancelamento de importações naqueles países), torna-se necessária a criação de instrumentos capazes de garantir os atuais níveis de empregabilidade e de reestruturação do parque industrial deste setor no Paraná. A indústria avícola paranaense tem um lugar de destaque na economia do país.

Vale dizer que hoje o setor emprega de forma direta cerca de cinquenta mil trabalhadores e outros quinhentos mil indiretamente. O Estado ocupa atualmente a primeira posição no ranking de produção de aves de corte e a segunda colocação nacional na exportação de carnes de aves, correspondendo a 27,63% do total de carne de frango brasileira destinada ao mercado externo. Da produção paranaense de aves de corte, 41,06% são destinados para exportação.

O setor avícola paranaense, formado por mais de trinta indústrias e inúmeros criadores, tem como custo mais relevante na produção e no abate de aves, a energia elétrica, que corresponde a 5% sobre o custo final do frango produzido.

A atividade familiar é a que representa a maior parte dos criadores, e em muitos casos é a única fonte de renda da família. Essas famílias estão sofrendo todos os reflexos da crise, uma vez que a drástica redução na produção de frangos, comprometeu seriamente o desenvolvimento da atividade.

REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando a implantação de novos cursos de graduação, Engenharia de Agrimensura e Gestão do Agronegócio, no campus do Arenito de Cidade Gaúcha, extensão da Universidade Estadual de Maringá, no município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Prefeito Municipal de Cidade Gaúcha, Sr. Vitor Manoel

Alcobia Leitão, bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Claudeni Pereira Leal.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 700

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sra. Lygia Lumina Pupatto, DD. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando a implantação de novos cursos de graduação, Engenharia de Agrimensura e Gestão do Agronegócio, no campus do Arenito de Cidade Gaúcha, extensão da Universidade Estadual de Maringá, no município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Prefeito Municipal de Cidade Gaúcha, Sr. Vitor Manoel Alcobia Leitão, bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Claudeni Pereira Leal.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 713

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reconsideração do parecer contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça, em 21 de junho de 2005, ao Projeto de Lei nº 250/05, de minha autoria, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da rede pública do Estado do Paraná, tendo em vista que o Projeto de Lei nº 042/06, que trata da mesma matéria, recebeu parecer favorável em 04/04/06 da referida Comissão.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 716

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Presidente Abraão Lincoln - Centro do município de Colombo, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo no horário de saída à noite dos alunos desse colégio.

Há uma gangue que rouba e agride os alunos, deixando todos apavorados. O colégio fecha os portões antes de chegar o ônibus e os alunos são obrigados a ficar no ponto e não têm onde se esconder.

Devido a essa situação crítica, os alunos não querem mais estudar, causando muita preocupação aos pais. A presença de policiais certamente inibirá a ação dos

assaltantes e proporcionará maior segurança para os pais e alunos.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender ao pedido da Sra. Maria Aparecida Ramos Souza, residente à Rua Principal, nº 2, casa 4 - Bairro Alto, que pede, em regime de urgência, uma solução para o problema de vazamento de água na Rua Iriri, esquina com a rua em que reside.

Afirma a Sra. Maria Aparecida que há mais de vinte dias tal pedido já foi feito através de contato telefônico com a Sanepar, porém não atendido até a presente data.

A situação fica ainda mais crítica quando chove e ocorrem alagamentos e prejuízos para os moradores. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3238-1770.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 176/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido por esta lei o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Dr. William Soto Santiago.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Simplemente por conhecer e ter afinidade pessoal com alguns pastores que comandam comunidades evangélicas nesta Capital, nos municípios da Região Metropolitana e outros do interior do Estado do Paraná, tive acesso ao conhecimento de um pouco do muito que o Dr. William Soto Santiago tem feito em favor das pessoas, das famílias e das comunidades, não só no Paraná como em diversos estados do nosso país; não só no Brasil como também em vários países do mundo.

Sou feliz, Srs. Deputados, por ter vindo à minha pessoa, na condição de Parlamentar paranaense, a missão sublime de propor a outorga do título de Cidadania Honorária de nosso Estado a tão honrado Cidadão do Mundo.

Poderia ficar discorrendo por laudas e laudas, falando das boas coisas desenvolvidas pelo Dr. William Soto Santiago, para justificar a proposição dessa homenagem. Prefiro, entretanto, nobres Pares de Assembléia Legislativa, anexar uma síntese do curriculum de vida do nosso homenageado, que fala por si só do merecimento dessa homenagem pretendida com esta proposição.

Aprovando este projeto de lei, tenho a certeza de que estaremos engrandecendo sobremaneira nossa Casa Legislativa, pois dentre tantos ilustres cidadãos honorários e beneméritos do Paraná, William Soto Santiago será, em verdade, um dos baluartes merecedores da honraria pretendida.

Certo do apoio unânime e aprovação, antecipo meus sinceros agradecimentos, em nome das milhares de pessoas que seguem a orientação doutrinária pela paz, do Dr. William Soto Santiago, em todo o mundo.

PROJETO DE LEI Nº 177/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a utilização de sistema de catracas eletrônicas ou qualquer outro dispositivo de controle de acesso automático nas instituições da rede privada de ensinos fundamental, médio e superior, no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A inobservância do disposto no artigo acima citado implicará a aplicação de multa diária no valor de meio salário-mínimo vigente, em forma de desconto na mensalidade escolar, por aluno barrado na entrada da instituição de ensino, a contar da data de notificação até a remoção do equipamento e, se houver reincidência, a conseqüente obrigatoriedade de a escola infratora conceder bolsa de estudo integral ao aluno exposto ao constrangimento público.

Art. 2º O Governo do Estado do Paraná regulamentará as disposições desta lei, priorizando as medidas que assegurem a preservação do acesso dos estudantes ao ambiente escolar e coíbam constrangimentos oriundos de questões econômicas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 9870, de 23 de novembro de 1999, dispõe:

Art. 6º São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento, sujeitando-se o contratante, no que couber, às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor, e com os arti-

gos 177 e 1092 do Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de noventa dias.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior deverão expedir, a qualquer tempo, os documentos de transferência de seus alunos, independentemente de sua adimplência ou da adoção de procedimentos legais de cobranças judiciais.

§ 2º São asseguradas em estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio as matrículas dos alunos, cujos contratos, celebrados por seus pais ou responsáveis para a prestação de serviços educacionais, tenham sido suspensos em virtude de inadimplemento, nos termos do caput deste artigo.

§ 3º Na hipótese de os alunos a que se refere o parágrafo 2º, ou seus pais ou responsáveis, não terem providenciado a sua imediata matrícula em outro estabelecimento de sua livre escolha, as Secretarias de Educação estaduais e municipais deverão providenciá-la em estabelecimento de ensino da rede pública, em curso e série correspondentes aos cursados na escola de origem, de forma a garantir a continuidade de seus estudos no mesmo período letivo e a respeitar o disposto no inciso V do artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como se depreende do texto legal, são assegurados os direitos de acesso ao aluno à Escola, independentemente da sua adimplência.

Diante disso, é inadmissível a utilização de sistema de catracas eletrônicas ou qualquer outro dispositivo de controle de acesso automático nos estabelecimentos de ensino especificados nesta proposta de lei, que possa impedir o acesso do aluno às aulas e submetê-lo a constrangimento público.

Rogamos, portanto, a todos os Pares desta Casa o apoio e o voto favorável a este projeto.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

No horário da Liderança do Bloco PP/PSB, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada.

Venho à tribuna, nesta tarde, para fazer uma colocação com relação a uma nota publicada na Gazeta do Povo de hoje, que faz referência à nossa pessoa, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, em que a Promotora Pública de Pirai do Sul, juntamente com a Juíza daquela cidade, dirigem-se ao jornal para fazer um esclarecimento, dizendo que o Deputado José Domingos Scarpellini deveria melhor se

esclarecer sobre o assunto ocorrido naquela cidade, antes de fazer um julgamento, um juízo a respeito de fatos lá ocorridos e que a decisão tomada por elas foi a decisão mais correta, coerente e que talvez fosse a única decisão capaz de resolver o problema das crianças que estavam no abrigo que fora fechado por recomendação da Promotora Pública daquela Comarca.

Quero, em primeiro lugar, fazer uma correção à Gazeta do Povo, que me colocou como Deputado tucano, do PSDB, e talvez por ainda ser Deputado recém-empossado aqui na Assembléia, porque só faz um ano e três meses que aqui estou, então não tomaram conhecimento que sou do PSB.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Promotora recomenda, a Juíza determina e fecha-se um lar-abrigo de menores e adolescentes na cidade de Pirai e, por recomendação da Promotora e decisão da Juíza, colocam as crianças ou jovens em duplas de cinco ou seis à disposição, guarda e responsabilidade do Prefeito daquela cidade para que cada um dos funcionários do Executivo Municipal leve para sua casa as crianças sob a sua guarda. Ora, fiz uma pergunta: quantas crianças ou quantos jovens a promotora levou para sua casa?

Porque é muito fácil transferir responsabilidade, falar: ora, essas crianças são do Prefeito, essas do Secretário da Administração, essas do Tesoureiro da Prefeitura e cada um tem que levar duas crianças para sua casa. E a promotora não levou nenhuma criança, a Juíza também não levou nenhuma para a sua casa e me pareceu ser uma coisa insana e apesar da nota publicada na Gazeta do Povo, continuo achando isso. Aqui temos um cidadão que está sentado, assistindo à Sessão; ele veio a Curitiba e está aqui ouvindo um Deputado da Assembléia falar sobre um assunto de guarda de crianças ou de adolescentes lá na Comarca de Pirai do Sul, onde a Promotora toma uma medida, a Juíza faz com que aquela recomendação passe a vigorar por um impositivo de lei e fica por isso mesmo.

Concedo um breve aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Ouçõ com atenção, e a sua preocupação é igual à preocupação da maioria dos moradores do município de Pirai do Sul, que tinha na casa, um instrumento de assistência a menores. E uma ação do Ministério Público, que foi feita, acabou prendendo os dirigentes dessa entidade em cima de uma denúncia que uma das crianças, um dos menores, das meninas que lá freqüentavam, fez junto ao Ministério Público.

E amanhã, sabemos que vai acontecer uma reunião e eu estarei junto com V. Exa., participando e debatendo o problema naquele município.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Mais cinco minutos estão assegurados ao nobre Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado, Sr. Presidente e Deputado Plauto Miró Guimarães.

Eu fico até assustado com a questão de tempo, porque é um assunto muito importante esse e eu vejo a coisa de uma outra maneira.

Aí me telefona um dirigente do Asilo São Vicente de Paula, de Rio Bom, onde moram vinte e poucos idosos, dizendo que a Vigilância Sanitária também foi lá fazer uma vistoria e que querem interditar, porque estão faltando determinados requisitos para que aquele asilo possa funcionar, porque a pia está meio enferrujada. E onde vão colocar os velhinhos do Lar São Vicente de Paula, que está funcionando há mais de trinta anos e que nunca teve nenhuma pessoa contaminada, nenhuma pessoa contagiada pelo fato de ter alguns problemas internos? Agora, quantas casas que nós temos em Curitiba que, então, teriam que ser interditadas, casa que não tem banheiro, não tem patente? Nas favelas de Curitiba, nas áreas de invasões de Curitiba, milhares de casas deveriam ser interditadas, e aí vamos fazer o quê? Pegar as crianças dessas casas, os pais, os moradores, e aí o Procurador de Justiça fala assim: "Governador Requião, o senhor tem que levar dez para sua casa. José Scarpellini, leve dez para a sua. Barbosa Neto, mais dez". Ora, temos que ter bom senso. Nós temos que ter programas que resolvam, realmente, os problemas que surgem. Não é desta maneira.

Então, estamos indo amanhã para Pirai do Sul para tratarmos desse assunto com a sociedade. O Deputado Plauto Miró Guimarães, que faz política lá, vai conosco. Eu trouxe os convites para que cada membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia possa se deslocar para cá, para irmos juntos, estão convidadas a Juíza e a Promotora para irem à Câmara, amanhã. Quero estar lá para fazer as interpretações devidas à Juíza, quero fazer a interpretação à Promotora, quero discutir frente a frente, olho no olho, porque acho, achei e continuo achando que foi um absurdo a decisão da Promotora em recomendar, e a Juíza aceitar, que as crianças fossem, de duas em duas, levadas para a casa dos funcionários da Prefeitura e para a casa do Prefeito. Ora, e para a casa delas, elas não levaram nenhuma criança, Deputado Neivo!

Então, acho que a responsabilidade é de toda a sociedade, mas tem que estar dentro dos programas existentes a solução para isso. Agora dizem: porque encontrou as escovas de dente, que não estavam identificadas com o nome de cada criança e uma criança poderia usar a escova de dente da outra, é motivo de interdição? Ora, não é. Eu quero crer que o bom-senso vá prevalecer. Agora, tem mais um minuto e trinta segundos ainda para que eu possa falar.

A Associação do Norte Pioneiro criou agora, em uma assembléia, em uma reunião, uma proteção que cada município vai fornecer um advogado para poder enfrentar os Promotores que estão querendo desestabilizar as administrações municipais no Norte Pioneiro. Nós precisamos,

a Assembléia Legislativa precisa criar aqui uma Comissão para poder enfrentar esses Promotores que pensam que são os donos da verdade. Os Promotores públicos que vivem aí nas comarcas perseguindo Prefeitos, Vereadores, ao invés de fiscalizar as cadeias superlotadas, não tenho notícia que eles tenham feito alguma intervenção em cadeia superlotada, mas querem ficar lá discutindo nepotismo, ameaçando cassar Prefeito, ameaçando cassar Vereador, pela prática, muitas vezes, do nepotismo, no município. No entanto, o nepotismo acontece a nível estadual e não há uma manifestação dos Procuradores de Justiça, com relação ao fato de estar aí, muitas vezes, afrontando a situação a nível estadual e no entanto lá no município os Promotores estão ameaçando os Prefeitos.

Ora, se os Promotores querem virar Prefeitos, eles precisam ser candidatos, precisam disputar eleição. Agora, sair caçando problema, ouvindo alas políticas de um lado e de outro, tomando partido, muitas vezes, a favor de um grupo contra outro na cidade, isto não me parece uma boa política. E os Prefeitos do Norte Pioneiro estão de parabéns por esta medida. Eu vou falar sempre, acho que a Assembléia Legislativa do Paraná tem que tomar uma posição com relação a isto ou então nós vamos ter uma “República dos Promotores”, de caçadores de bruxas que estão aí todo dia ameaçando um ou outro, de acordo com o seu interesse, sua conveniência, ultrapassando os limites constitucionais que lhes são permitidos, ultrapassando os limites da tradição da função dos Promotores e de Procuradores de Justiça neste Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta associação do Norte Pioneiro está nos dando o exemplo - a Assembléia Legislativa do Paraná precisa tomar uma providência - Promotor é subordinado ao Governador do Estado, ele faz parte do Poder Executivo, ele está lá sob a égide do Governador do Estado do Paraná. Portanto, as tratativas com a Procuradoria e com as Promotorias, quando dirigidas a esta Assembléia, devem ser feitas via gabinete do Governador e não diretamente, como vêm fazendo, sistematicamente, alguns Promotores, dirigindo-se diretamente à Presidência da Assembléia. Eles são subordinados ao Executivo e como membro do Executivo eles têm o seu pai maior que é o Governador do Estado do Paraná, que neste momento é o Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PPS (**Declina**).

PFL com a palavra. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho acompanhado declarações, matérias que os meios de comunicação trazem com relação às eleições deste ano.

Deputado Barbosa Neto, fui filiado num só Partido em toda a minha vida - no Partido da Frente Liberal, Partido ao qual, na sua fundação me filiei e até hoje estou nele. Sinto-me bem com a sua linha de conduta, da forma como ele pensa e estou aqui na Assembléia Legislativa desde o ano de 1990, quando alcancei o meu primeiro mandato, numa linha de coerência. Primeiro Governador o Roberto Requião - eu estive no palanque do falecido José Carlos Martinez - perdemos as eleições para o Roberto Requião, na época. Ele governou o Estado e eu fiquei numa posição contrária à forma de administrar do Roberto Requião. Quatro anos depois o nosso Partido, numa coligação partidária, venceu as eleições no Estado do Paraná. A partir daí demos sustentação ao Governador eleito em todas as suas ações dentro da Assembléia Legislativa, ações essas que eram de interesse dos paranaenses.

Partimos para uma nova eleição com o Beto Richa, candidato a Governador, o nosso Partido esteve junto com o Beto e não vencemos as eleições, venceu o antagônico, aquele que fazia oposição ao Governador anterior e eu segui o resultado das urnas, as urnas disseram: “O seu lado perdeu as eleições e você deve manter-se na Oposição àquele que venceu.” O nosso Partido, o PFL, teve uma conduta ética coerente, em Brasília: perdeu as eleições para o Presidente Lula e manteve-se na Oposição ao Presidente. Aqui no Paraná, perdemos as eleições para o Senador Roberto Requião e nos mantivemos na Oposição ao Governador. Agora pasmem, virou um verdadeiro samba do crioulo doido; você abre os jornais, há a informação de que aqueles que estiveram junto com o Lula, lá em Brasília, ajudando a dar sustentação e a governar o país, estão transitando de um lado para outro, estão esses indo para o lado do novo candidato a Presidente da República que fará frente ao atual Presidente, que vai para a reeleição, o Geraldo Alckmin. E tentam dizer que a aliança que lá em Brasília deve acontecer e tem que ser respeitada, porque os dirigentes nacionais é que vão tomar essa posição, será estendida para o Estado do Paraná!

Quero falar como um PFLista que sou, pessoalmente, e sei que demais Deputados estaduais do nosso Partido, que há três anos e meio vêm mantendo uma posição de coerência e de Oposição ao atual Governo do Estado, por não comungar das mesmas idéias, não aceitaremos essa posição de uma aliança do nosso Partido com aquele o qual nós combatemos por três anos e meio dentro desta Casa, que é o Governador Roberto Requião, e seu Partido, o PMDB! É uma questão de coerência. Como poderemos estar no mesmo palanque do Governador do Estado do Paraná se aqui fizemos Oposição a ele, contrapusemos determinadas ações dele, com responsabilidade denunciamos? E muitas denúncias que aqui foram feitas foram corrigidas pelo Governador do Estado. Temos uma linha de conduta contrária, o nosso Partido, o PFL, nos programas do horário eleitoral gratuito, combateu a forma de administrar do Governador Roberto Requião!

Então, para deixar claro, o PFL não vai caminhar junto, no Estado do Paraná, com o Governador do Estado

que está indo à reeleição. Temos uma ação, temos um trabalho feito para viabilizar uma candidatura de Oposição ao atual Governador e o nome que surgiu foi do atual Senador Osmar Dias, do PDT. Há outras alternativas, também o Senador Álvaro Dias, falam de outros nomes, possibilitando formar-se uma aliança PSDB/PFL e outros Partidos para fazer o contraponto do atual Governador do Estado do Paraná.

Quero deixar claro que, se caso uma aliança acontecer entre PSDB e PMDB, em Brasília, e aqui no Estado do Paraná ao PSDB seguir esta linha de aliança com o Governador, o PFL não vai caminhar junto, o PFL vai buscar uma alternativa de um candidato de Oposição ao atual Governo do Estado do Paraná. E tem outros Partidos; Partidos importantes que têm uma linha ética como o caso do PPS, que tem, no nome do candidato Rubens Bueno, uma alternativa de poder que faz o contraponto daqueles que governam o nosso Estado.

Nossa posição, queria deixar claro, vemos muitas matérias plantadas, sabemos que o Requião é especialista em plantar matéria nos jornais, e ele tem feito isso. A posição do PFL é essa e ela é bem clara: é um Partido coerente que vai seguir a linha que assumiu há três anos e meio atrás, que era estar contrapondo, apresentando uma nova ação, um novo projeto contra tudo isso que aí está, no Estado do Paraná!

Concedo o aparte ao Deputado Barbosa.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Quero cumprimentar V. Exa. nesta oportunidade, pela clareza do discurso, pelo histórico que fez e demonstra não só a coerência mais a falta de vontade de apenas ser Governo, mas, sim, de demonstrar uma posição que já está marcada. Seus eleitores conhecem, porque na democracia é assim: quem ganha eleição governa, quem perde fiscaliza.

Nós também permanecemos nesta condição, no PDT, quando a Oposição aqui era composta por sete Deputados; somamos força em todos esses momentos, não fomos oportunistas. E compartilho com V. Exa. dessa linha de raciocínio muito correta, coerente e justa. E esperamos que Brasília possa respeitar essa vontade, senão a própria aglutinação de forças vai expurgar esse tipo de atitude; de aliança, que seria uma mistura como o azeite e a água. E realmente eles não se misturam jamais. Parabéns a V. Exa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Só queria, aqui, deixar registrada a minha posição e a posição dos Deputados Estaduais do PFL, do Deputado Durval Amaral, do Deputado Elio Rusch, que desde o começo estiveram nesta linha responsável de Oposição ao atual Governo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PDT. Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente as nossas saudades hoje, de um grande artista que com certeza marcou a infância de alguns Deputados, marcou a minha infância muito profundamente: saudades do Carequinha que se foi aos noventa anos de idade. Catamos muito as músicas do Carequinha, no tempo em que na escola, antes de entrarmos na sala de aula, cantávamos o hino nacional. Isso ainda vai voltar um dia. Saudades do carequinha.

Outro aspecto que gostaria de levantar, aqui, só para registro, é que: o jornal Zero Hora, de Porto Alegre, nesse final de semana colocou a manchete com destaque, jornal sério, responsável, uma manchete que chamou a atenção de todo o povo. A manchete falava de dez mil carros roubados em Porto Alegre, no ano de 2005. Dez mil carros roubados no ano passado! Aí, peguei aquela manchete, olhei e falei: caramba, só em Curitiba o ano passado tivemos o dobro. Vinte mil carros roubados em Curitiba o ano passado.

Só para os senhores terem uma idéia, nos três primeiros meses deste ano, dois mil carros roubados em Curitiba. São números para a nossa reflexão e são números para se tomar uma posição. Sei que a falta de segurança não é só no Paraná, é em todo Brasil. Sei. Sei também que é uma questão social. Também sei. Mas, não pode ficar nesse amortecimento. Para os senhores terem uma idéia, vejam o que aconteceu neste final de semana: o Governo Federal distribuiu para vários estados, armamento pesado para a Polícia Militar, da melhor qualidade, enfim.

Em Salvador, na Bahia, uma quadrilha sabia desse armamento que estava lá, invadiu o quartel, algemou os soldados e roubou o armamento. Diante de algumas denúncias, o Comando da Polícia Militar teve que colocar, no final de semana, a Rone dentro do quartel para cuidar do armamento. Fez exatamente o que tinha que fazer.

Então, quando vemos que os quartéis passam a ser alvos dos bandidos, imaginem nós, pobres mortais, como é que ficamos. É para a nossa reflexão e é para tomada também de posições.

Um outro aspecto importante que o Deputado Plauto falava há pouco, sobre a questão da coerência. Deputado Plauto, pergunto para V. Exa. como é que eu poderei estar no palanque do Governador Requião? Não tem como estar, porque eu nunca estive ao lado do Governador. Eu nunca estive no palanque do Governador Roberto Requião. O povo não vai aceitar e não só nós dois não, há outros Deputados aqui, que o povo jamais vai aceitar que estejam no palanque do Governador Roberto Requião.

É claro, que se eu for lá, se eu ligar para o Governador Roberto Requião e falar: Governador Requião,

quero estar no palanque com V. Exa. Ele vai dizer assim: Deputado Luiz Carlos Martins, seja bem-vindo! Ele vai fazer uma festa, ou não vai.

Então, esta questão da coerência precisa ser refletida. Como é que eu posso mudar de tribuna agora? Nada contra os companheiros que utilizam aquela tribuna, de forma nenhuma! Mas, como é que eu posso ir para aquela tribuna, se até agora eu estive nesta? O povo está observando tudo isso. Nós pensamos que não, mas o povo está de olho arregalado e de ouvido bem abertos.

Eu permito o aparte, pela vez, ao Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Deputado Luiz Carlos Martins, Líder do nosso Partido, com muito orgulho:

Gostaria de tratar desse aspecto de coerência novamente que foi levantado pelo Deputado Plauto e que foi agora mais uma vez abordado por V. Exa. para demonstrar a minha posição pessoal de respeito ao Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, quando não permite a interferência do Poder Executivo querendo pautar esta Casa, para fazer os projetos que o Governador Roberto Requião gostaria. Especificamente o projeto que cria o salário-mínimo no Estado do Paraná.

Temos que ter uma posição bem clara em relação a tudo isso. O Presidente Hermas Brandão merece todo o nosso respeito, porque acreditamos na independência dos Poderes e esta Casa é soberana para poder decidir os seus destinos. Esse projeto se encontra ainda na Comissão de Finanças, agora há pouco estivemos reunidos, o Presidente Hermas Brandão não vai atropelar nenhum processo de votação, não vai colocar o carro na frente dos bois. Tenho certeza que essa tentativa do Governador de jogar a opinião pública contra esta Casa, não vai dar em nada.

Como V. Exa. bem colocou, a população sabe julgar, está atenta e vai saber emitir o seu juízo de valor no dia 1º de outubro.

Cumprimento V. Exa. mais uma vez, é uma injustiça o que está sendo feito contra o Presidente Hermas Brandão, que sempre se mostrou condescendente com os projetos de interesse público do Estado do Paraná, sejam eles de Deputados, sejam eles do Executivo, do Judiciário, até mesmo do Tribunal de Contas.

Nós queremos louvar esta posição do Presidente Hermas Brandão, que chegou até a ser incompreendido dentro do seu próprio Partido, por ter às vezes uma benevolência também com o Executivo. Mas, dentro do seu cavalheirismo, dentro da sua postura correta, acho que ele está completamente coberto de razão neste momento.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

E mais ainda: o Presidente Hermas Brandão nunca faltou com a sociedade paranaense, abrindo as portas desta Casa para grandes discussões.

Com o aparte do Deputado Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Estou ouvindo atentamente V. Exa. falar de mudar de um lado para o outro, e fazer essa convivência com o Governador Roberto Requião, com a Situação, essa coisa toda. A minha mulher se formou agora em Bacharel em Direito, ela quer fazer a OAB. Tem um curso aqui que se chama Luiz Carlos, que prepara para a OAB. Então eu disse: Tudo bem, eu acho que você deve fazer. Esse é curso para quem vai para OAB.

Agora, para político que quer mudar de Partido, recomendaria procurar numa situação como essa, de gente que vive sempre se bicando em Oposição ao Governador Roberto Requião. Eu acredito que a melhor coisa é buscar algumas aulas de aprendizado com o Deputado Rafael Greca de Macedo.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Deputado Luiz Carlos Martins. V. Exa. fala numa questão importantíssima. O nosso patrimônio é a coerência. Sem ela, a coerência, não tem nenhum valor o Deputado, por mais votos que ele faça, por mais bem que ele faça, sem coerência. Para mim, não tem nenhum valor.

Então, a coerência é muito importante. Defendo e respeito político que seja meu adversário em qualquer Partido, desde que ele seja coerente com o Estatuto do seu Partido. Acho que é uma coisa inviolável.

V. Exa. disse que não tem como, na verdade, estar no palanque do Governador Roberto Requião. Mas, Deputado, nunca é tarde para fazer uma reflexão. Quero, como Presidente do nosso Partido, dizer que V. Exa. é muito bem-vindo ao nosso Partido, como também é o Deputado Plauto Miró, que é um Deputado coerente.

Quero deixar aqui um convite: se V. Exa. refletir e trilhar o nosso caminho, com certeza, será muito bem-vindo e ajudaria muito nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Obrigado pelo convite. Partindo de um Deputado como V. Exa. é claro que é gratificante, mas V. Exa. sabe o caminho que nós sempre trilhamos, não tenho nada contra aqueles que aderem ao Governo, cada um sabe o que faz. Mas, temos a nossa posição e, acima de tudo, sabemos que o povo está vigilante e é preciso estar vigilante cada vez mais.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PT. PMDB. PSDB. Liderança da Oposição. Liderança do Governo.

(Declinam)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 33 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Expediente subscrito pelo Deputado Neivo Beraldin, na qualidade de Presidente da Comissão de Fiscalização, constante do expediente, solicitando a disposição funcional do jornalista Sr. Luiz Fabio Campana, funcionário deste Poder Legislativo para a referida Comissão. **À Comissão Executiva.**

Expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, constante do expediente, indicando o Deputado Edson Strapasson para assumir a Presidência da Comissão de Orçamento em substituição ao Deputado Ademir Bier. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Fonseca, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 708, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 06 de abril (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária e diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 464/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, estabelecendo a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços, comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos do Estado, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 464/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os instrumentos de formalização, renovação ou aditamento de convênios, instrumentos congêneres ou de consórcios públicos que envolvam repasse voluntário de recursos públicos do Estado deverão conter

cláusula que determine que as obras, compras, serviços e alienações a serem realizadas por entes públicos ou privados, com os recursos ou bens repassados voluntariamente pelo Estado do Paraná, sejam contratadas mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido na legislação federal pertinente.

§ 1º Nas licitações realizadas com a utilização de recursos repassados nos termos do *caput*, para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o emprego da modalidade pregão, sendo preferencial a utilização de sua forma eletrônica.

§ 2º A inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 3º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo a ratificação ser procedida pela instância máxima de deliberação da entidade, sob pena de nulidade.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às entidades qualificadas como Organizações Sociais, na forma da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, relativamente aos recursos por elas administrados oriundos de repasse do Estado, em face dos respectivos contratos de gestão ou termos de parceria.

§ 5º A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 2º Os órgãos, entes e instituições que visem firmar contrato de gestão, termo de parceria ou qualquer outro instrumento pelo qual venha a ser transferido, voluntariamente, pela Administração Pública Estadual, recursos públicos deverão efetivar o Laudo de Capacidade Técnica, nos termos de cada ramo de atuação.

Art. 3º As transferências voluntárias de recursos públicos do Estado subsequentes, relativas ao mesmo ajuste, serão condicionadas à apresentação, pelos convenientes ou consorciados, da documentação ou dos registros em meio eletrônico que comprovem a realização de licitação nas alienações e nas contratações de obras, compra e serviços com os recursos repassados a partir da vigência desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.04.06.

(a) ALEXANDRE CURI - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 797/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, declarando de Utili-

dade Pública o Coral Vozes da Estrada, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/05, de 14.12.05, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 743/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, declarando de Utilidade Pública a Organização Família Legal - Famileas, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 779/05, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, concedendo o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Ivo Antonio Pegoraro. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Centro de Estudo Superior de Apucarana - CESA, com sede e foro no município de Apucarana. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispoendo sobre a obrigatoriedade de Hospitais e Maternidades Públicas e Privadas do Estado do Paraná exigirem a apresentação de certidão de nascimento dos recém-nascidos quando da alta das gestantes e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CDMCA. Aprovado. (Publ. no DA nº 029/05 de 19.04.05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 206/05

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 206/05, de iniciativa da Exma. Sra. Deputada Estadual Arlete Caramês, tem por escopo tornar obrigatória a apresentação de certidão de nascimento dos recém-nascidos, quando da alta das gestantes, aos Hospitais e Maternidades Públicas e Privadas do Estado do Paraná.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se, apura-se que o referido projeto objetiva garantir que todos os recém-nascidos sejam efetivamente registrados, já que segundo justificativa inclusa, muitos não são registrados ou são registrados tardiamente. Além disso, justifica-se

que a medida dificultaria a ocorrência de seqüestros e fatos similares.

Segundo a Constituição Federal, artigo 24: *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

...

XV - proteção à infância e à juventude;

Em se tratando de competência legislativa concorrente, o Estado-membro pode estabelecer qualquer medida legislativa desde que não disponha diversamente a legislação federal.

A Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, não dispõe diversamente acerca da matéria, sendo que nenhuma incompatibilidade pode ser apontada entre a presente proposição e a legislação federal.

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer pela aprovação do presente Projeto de Lei nº 206/05, no que concerne ao disposto ao parágrafo 2º do artigo 33 do Regimento Interno.

Sala das Comissões, em 14.06.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 206/05

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Arlete Caramês, visando tornar obrigatória a apresentação de certidão de nascimento dos recém-nascidos, quando da alta das gestantes, aos Hospitais e Maternidades Públicas e Privadas do Estado do Paraná.

Nos mesmos moldes da feliz manifestação de fls. da Comissão de Constituição e Justiça, com a medida proposta estaria dificultada sobremaneira a ocorrência de seqüestros e casos similares que eventualmente ocorrem nos estabelecimentos hospitalares, além, é claro, de tornar o recém-nascido sujeito de direito e em pleno gozo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Isto posto, e considerando o largo alcance social da medida proposta somos de parecer favorável à regular tramitação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26.06.05.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

RENIE PEREIRA - Relator

COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 206/05

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, da nobre Deputada Arlete Caramês, visa tornar obrigatório a apresentação de certi-

dão de nascimento dos recém-nascidos, quando da alta das gestantes, aos Hospitais e Maternidades Públicas e Privadas do Estado do Paraná.

Este projeto já foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Saúde Pública as quais não se opuseram e se manifestaram com parecer favorável. Entendendo ainda se tratar de um projeto de lei importantíssimo que tem como foco principal dificultar sobremaneira a ocorrência de seqüestros ou casos similares que ocorrem nos dias de hoje nos Hospitais e Maternidades.

Chamada a Comissão dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente a se manifestar sobre o presente projeto não encontramos nenhum impedimento legal e regimental para a tramitação do referido projeto. Sendo assim encaminhamos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.03.06.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, concedendo o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ariovaldo Costa Paulo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/05, de 02/08/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 439/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de cidadão benemérito ao Sr. Ariovaldo Costa Paulo.

Legitimidade

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/01:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido a pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada.

(...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou cidadão benemérito do Estado do Paraná.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Constitucionalidade e Legalidade

Pertinente a tal matéria, dispõe a Lei 14.677 de 2005:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º, da Lei 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembleia Legislativa só poderá apresentar 4 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

De acordo com tal lei, o partido da nobre Deputada apresentou apenas seis, segundo estatística da própria Assembleia Legislativa, dos oito a que tem direito, deixando clara a legalidade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar 95/98.

Desta forma, o parecer do relator é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 20.09.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Pela Ordem)

Gostaria de pedir a retirada do sétimo projeto da pauta do dia de hoje por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o requerimento de V. Exa. Solicito que encaminhe o requerimento.

Em votação o Requerimento nº 724, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões, do Projeto de Lei nº 439/05.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/05, de autoria do Deputado Natálio Stica. Fica obrigatório para as empresas de energia elétrica, água e esgoto, telefone fixo e telefonia celular à utilização de informações básicas no sistema braille, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/05, de 07/11/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 684/05

P A R E C E R :

Mérito

O escopo do projeto de lei em análise é a proteção à pessoa portadora de deficiência visual.

Constitucionalidade e Legalidade

A Constituição Federal dispõe sobre o assunto nos seguintes termos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Pois bem, levando-se em conta o acima disposto, seja através do exercício da competência comum, seja através do exercício da competência concorrente, a proteção à pessoa portadora de deficiência física foi objeto de preocupação do legislador constituinte e está dentro da esfera de competência do legislativo estadual.

Muito embora o projeto de lei crie dever jurídico para empresas que a princípio são regulamentadas por leis federais, tais como as empresas de telecomunicações que são disciplinadas e fiscalizadas pela Anatel, não existe inconstitucionalidade ou ilegalidade decorrente desta situação. O mérito do projeto supre eventuais dúvidas acerca de irregularidades formais, dando abrigo a proteção do bem jurídico maior que é a obrigatoriedade de proteção às pessoas portadoras de deficiência visual, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal.

Conclusão

Diante do exposto, verificamos que a proposição ora analisada abordou matéria de competência do Legislativo Estadual.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Assim, opinamos pela aprovação do projeto, devido aos motivos já explicitados.

Sala das Comissões, em 21.02.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 684/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 684/05, de autoria do Deputado Natálio Stica, obriga as empresas de energia elétrica, água e esgoto, telefone fixo e telefonia celular à utilização de informações básicas no sistema braille, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 749/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, retificando o memorial descritivo das divisas dos municípios limítrofes ao município de Guaraniaçu, criado pela Lei nº 790, de 27/11/51, todos pertencendo à Colônia São João do Sul (limites: Rio Piquiri, Rio Feio, Rio Guarani e Rio Izolina Córrego Palmares). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/05, de 29/11/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 749/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, tem como escopo retificar o memorial descritivo das divisas dos municípios limítrofes ao município de Guaraniaçu para que se obtenha clareza na redação de tal memorial a fim de proporcionar um entendimento mais preciso dos limites e divisas do referido município.

Ressalta-se que não há mudança nos territórios dos municípios vizinhos, mas, sim, apenas mudanças na redação do memorial descritivo das divisas.

Fundamentação

Nossa Carta Magna, em seu artigo 23, inciso III, estabelece a competência para legislar a respeito da matéria, a saber:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

(...)

Ainda, quanto à competência abordar tal proposição preceita nossa Constituição Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

(...)

Conforme as normas legais supracitadas, o Estado detém competência para retificar o memorial descritivo a que se pretende fazer.

Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que o projeto encontra-se em acordo com os ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, o parecer é pela aprovação do projeto que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/06, aprovando abertura de crédito suplementar em obras, no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), ao vigente Orçamento da Universidade Estadual do Paraná - Unespar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/06, de 06/03/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 059/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Poder Executivo, visa aprovar um crédito suplementar para a Secretaria de Obras Públicas, alterando o Orçamento previsto na Lei Estadual de nº 14.977/05, no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

Legitimidade

A Constituição do Estado assegura:

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

§ 7º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa. (grifos nossos)

Diante dessa previsão, o presente projeto de lei apresenta-se em consonância com a exigência normativa constitucional, visto que, ao cancelar a dotação sugerida no artigo 2º, e deixar sem despesas correspondentes esses recursos, pode haver essa destinação por meio de créditos suplementares, como no caso em questão.

Conclusão

Assim, o projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como as normas constitucionais, porém, quanto à técnica legislativa LC 95/98, falhou no que tange ao artigo 5º do projeto, visto que revogou de maneira genérica as disposições em contrário, confrontando-se com o exigido pelo artigo 9º LC 95/98.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação, desde que atendida a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 059/2004

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento desta Casa, apresento a emenda supressiva ao artigo 5º do presente projeto, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.03.06
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 059/06

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, vice-governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986.

A proposição sob análise autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento de 2006 da Unespar.

A apresentação de projetos de lei desta natureza está dentro dos limites da competência do Chefe do Poder Executivo Estadual.

A Lei Federal nº 4320/64 define créditos adicionais e estabelece as condições para sua realização.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto Executivo.

Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

Na forma da mesma lei, são fontes de recursos para abertura dos créditos adicionais superávit financeiro em relação ao ano anterior, excessos de arrecadação, anulação total ou parcial das dotações orçamentárias e produto das operações de crédito por lei autorizadas.

In casu trata-se de crédito adicional que suplementa recursos dentro da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Universidade Estadual do Paraná.

A fonte de recursos para a suplementação resulta de cancelamento de despesas dentro da própria secretaria, ou seja, ocorre apenas um remanejamento de uma dotação para outra.

Na forma dos anexos, a suplementação se destinará à conclusão das obras de dez salas de aula em União da Vitória.

Em que pese não estar demonstrado claramente o impacto que terá por cancelamento das dotações mencionadas, pode-se compreender a operação que está sendo realizada.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

Sala das Comissões, em 29.03.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 059/06

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, oriundo da Mensagem do Poder Executivo, através da Mensagem nº 011/06, que aprova abertura de crédito suplementar em obras no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), ao vigente orçamento da Universidade Estadual do Paraná - Unespar.

Sobre a matéria podemos constatar a existência dos pronunciamentos favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

Chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 4º do artigo 33 do Regimento Interno, acompanha o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e da douta Comissão de Finanças ao projeto em questão, que informa os recursos para os créditos ora propostos que serão provenientes de Recursos da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo

democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.03.06.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 699 e 700, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 701, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 702, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 703 a 707, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 709, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 711 e 712, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 713, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação.**

Requerimentos nºs 716 e 717, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 719 a 723, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, encaminhei à Mesa um ofício solicitando a disposição funcional para a Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, do jornalista Fábio Luís Campana. Indago a V. Exa. qual será o procedimento que V. Exa. vai adotar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dei por recebido o requerimento de V. Exa. e encaminhei à Comissão Executiva, para análise.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Apenas para agradecer o convite do Presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Deputado José Domingos Scarpellini, da qual nós também fazemos parte.

Gostaria de pedir ao Deputado José Domingos Scarpellini que nos represente na audiência pública de amanhã, em função da nossa agenda previamente antecipada e marcada; gostaria que o senhor pudesse nos representar, e que possa ocorrer da melhor forma possível um assunto tão importante que vai acontecer amanhã, às 14 horas, na Câmara Municipal de Piraí do Sul.

Era só, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 695, 790/05; 012, 019, 068 e 069/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 113, 125, 126, 127, 132 e 133/06.

Levanta-se a Sessão.



DIÁRIO Nº 027**23ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	21
Presenças.....	21
Abertura da Sessão	21
Expediente:	
Requerimentos.....	21
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	22
1ª Discussão	24
Requerimentos	26
Encerramento da Sessão	26

DIÁRIO Nº 027**23ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE ABRIL DE 2006**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Pastor Edson Praczyk e Elio Rusch.

Presenças:

Às quinze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, André Vargas, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José

Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (33). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Rafael Greca e Valdir Rossoni (20); e em licença médica a Sra. Deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimento**

REQUERIMENTO Nº 725

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor e congratulações ao médico, escritor, professor, doutor, Paulo de Tarso Monte Serrat, pela homenagem em comemoração ao transcurso de seu aniversário, que será realizada neste 5 de abril.

Sala das Sessões, em 05.04.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Neste 5 de abril, o médico, escritor, professor, doutor, benemérito e venerável Presidente de honra da Sociedade Brasileira de Médicos-Escritores, Paulo de Tarso Monte Serrat, recebe homenagem pelo transcurso de seus 83 anos, transcorrido no dia 7 de fevereiro.

A Sociedade Brasileira de Médicos Escritores fará justa homenagem, pelos excepcionais serviços prestados aos paranaenses e a todos os brasileiros, durante toda a sua trajetória de vida.

As comemorações serão realizadas na sede do Centro de Letras do Paraná, com a participação da grande

dama do canto Orly Bach e maestro Toniolo. Nossos cumprimentos ao nosso médico benemérito e venerável, professor, escritor, Dr. Paulo de Tarso Monte Serrat.

Seja este requerimento encaminhado ao homenageado e aos seus familiares - Rua Augusto Severo, 1001 - ap. 203 - CEP 80030-240.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar as presenças do Prefeito Beto e Vereadores Luiz Gasperin, Edson Oliveira e o Sargento Tavares, de Guaporema.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Muito obrigado.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Também gostaria de agradecer a presença da Vereadora Rose, de Flórida, que nos brinda com sua visita.

Muito obrigada!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 33 Srs. Deputados.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do projeto de Lei nº 695/05, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, instituindo o Programa de Compromisso das Empresas e Órgãos Públicos do Governo do Paraná com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 695/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Institui o Programa de compromisso das empresas e órgãos públicos do Governo do Paraná com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas.

Art. 2º As obras realizadas por empresas ou órgãos estaduais, que requeiram a reconstituição ou a construção de calçadas deverão ser realizadas dentro dos padrões de acessibilidade.

§ 1º Por acessibilidade compreende-se as condições adequadas para o deslocamento de portadores de

deficiência visual e física, ou com locomoção reduzida, em particular dos que utilizam cadeiras de rodas.

§ 2º As disposições desta lei são extensivas às obras realizadas por empresas contratadas pelo Estado do Paraná em qualquer uma das modalidades de terceirização.

Art. 3º Para garantir acessibilidade às calçadas construídas ou reconstituídas devem estar nos seguintes parâmetros:

a) largura mínima 95 cm a 1,15 m, sem nenhum obstáculo;

b) uso de material liso e não derrapante no seu leito;

c) garantia de rampa nos degraus e desníveis de 15 graus de declínio, para acesso às calçadas e às portas de acesso dos edifícios;

d) linha sensível de 10 cm ao centro para permitir o deslocamento de pessoas com deficiência visual.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pastor Edson Praczyk**)
(**Procede à chamada nominal**)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Sr. Presidente, dispense a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Vinte e nove Srs. Deputados. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi feita, mas vou atender a V. Exa. V. Exa. não está confiando no que o nosso Secretário está colocando.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Acho que V. Exa. deveria dizer: “os que são favoráveis, levantem-se”, para podermos ter...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou atender a V. Exa.

Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e nove Srs. Deputados.

Os que rejeitam, queiram levantar-se. Nenhum.

Está **aprovado**.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 790/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, instituindo o reconhecimento de Utilidade Pública à Associação de Ginástica Rítmica - segundo os critérios que determina, e dá outras providências. **Aprovado**.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 790/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Curitibana de Ginástica Rítmica - Aginarc, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 012/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominando de Prefeito Francisco Teixeira, uma parte do trecho da PR-281, que liga a localidade de Lagoinha à sede do município de Agudos do Sul. **Aprovado**.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 012/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada de Prefeito Francisco Teixeira, uma parte da PR-281, que liga a localidade de Lagoinha à sede do município de Agudos do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 019/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/06, auto-

rizando o Poder Executivo doar à Cohapar, imóvel situado no município de Itapejara do Oeste. **Aprovado**.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 019/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Itapejara d'Oeste, o imóvel constituído por área de 10.000,00 m (dez mil metros quadrados) denominada Chácara nº 21-A, no município de Itapejara d'Oeste, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 7.093 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada, exclusivamente, para a implantação de moradias populares, retornando ao patrimônio estadual caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 068/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/06, aprovando abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 67.700.000,00 (sessenta e sete milhões e setecentos mil reais), ao orçamento das Secretarias de Estado da Educação, Saúde, do Desenvolvimento Urbano e dos Transportes, aprovados pela Lei Estadual nº 14.977, de 28.12.05. **Aprovado**.

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 068/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 67.700.000,00 (sessenta e sete milhões e setecentos mil reais) sendo R\$ 32.775.000,00 (trinta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais) ao Orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, vinculado à Secretaria de Estado da Educação; R\$ 22.275.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais) ao Orçamento do Fundo Estadual de Saúde - Funsau de Isep, vin-

culado à Secretaria de Estado da Saúde; R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e R\$ 11.150.000,00 (onze milhões, cento e cinquenta mil reais) ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagens, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes.

Art. 2º Os recursos de que trata o artigo anterior serão utilizados: em ações voltadas a reparos, adaptações, melhorias, reconstruções, aquisição de equipamentos e obras em prédios públicos na área de Educação e na área de Saúde, aquisição de medicamentos e insumos hospitalares, para o pagamento de obras de construção da Rodoviária de União da Vitória e na execução de obras pelo Departamento de Estradas de Rodagens.

Art. 3º Servirá como recurso para cobertura dos créditos de que tratam os artigos anteriores, Recursos Próprios do Orçamento do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, e do recolhimento ao Tesouro Geral do Estado de recursos da Agência de Fomento, utilizando-se quaisquer das formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Fica o Departamento de Estradas de Rodagem - DER autorizado a alterar as obras constantes do Anexo V - Programa de Obras - DER, do Anexo VII, da Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005 e decorrentes da implantação desta lei.

Art. 5º Os recursos de que trata o artigo 3º desta lei ficam, no que couber, excluídos das exigências do artigo 6º da Lei Estadual nº 7811, de 29.12.1983, publicada no Diário Oficial do Estado de 30.12.1983.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 069/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/06, aprovando abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 2.498.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28.12.05. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 069/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28.12.2005, no valor de R\$ 2.498.000,00

(dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais) conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica reduzido o Demonstrativo dos Repasses do Tesouro Estadual, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o Anexo de Obras da Secretaria de Estado da Cultura, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Curitiba Rugby Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/06, de 20.03.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 113/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública o Curitiba Rugby Clube, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, com a adoção da emenda modificativa em anexo.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 113/06

Atendendo ao disposto no antigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei

Ordinária nº 113/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoio: Carlos Simões.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Fundação Ajuda - Amor Junto da Atividade com os Meninos, com sede e foro no município de Jacarezinho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/06, de 21.03.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 125/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública Fundação Amor Junto a Atividade com os Meninos, com sede e foro no município de Jacarezinho.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/06, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade Sol de Pontal (Amisolpon), com sede no Balneário de Grajaú, município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/06, de 21.03.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 126/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declara de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade de Pontal, com sede no município de Pontal do Paraná, e foro no município de Matinhos.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido pro-

jeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, com a adoção da emenda modificativa em anexo.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 126/06

Atendendo ao disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 126/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Confederação Brasileira de Ciclismo, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/06, de 22.03.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 127/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado André Vargas, declara de Utilidade Pública a Confederação Brasileira de Ciclismo, com sede no município de Londrina e foro no município de São Paulo.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, desde que adotada a emenda aditiva que acrescenta à súmula do projeto o foro no Estado de São Paulo.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 127/06

Atendendo ao disposto no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, corrigimos a súmula

do Projeto de Lei Ordinária nº 127/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Súmula: Declara de Utilidade Pública a Confederação Brasileira de Ciclismo, com sede em Londrina e foro em São Paulo.”

Sala das Comissões, em 04.04.06.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, declarando de Utilidade Pública a Amutur - Associação dos Municípios Turísticos do Paraná, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/06, de 27.03.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 132/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios Turísticos do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, com a adoção da emenda modificativa em anexo.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 04.04.06.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 132/06

Atendendo ao disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 132/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 04.04.06.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utili-

dade Pública a Ecopólis - Organização Não Governamental, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/06, de 27.03.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 133/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública Ecopólis - Organização não Governamental, com sede e foro no município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 04.04.06.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 725, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do Expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 683, 694 e 752/05; 020 e 032/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 206, 684 e 749/05; 059/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 140 e 714/05; 048/06.

Comunicamos aos Srs. Parlamentares que teremos uma Sessão Solene, em Cascavel no próximo dia 07, para entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Alfredo Kaefler.

Levanta-se a Sessão.